

# *Teoremas de Filosofia*

**5**

PORTO

Primavera de 2002

CADERNO SEMESTRAL DE FILOSOFIA PORTUGUESA

Direcção: Joaquim Domingues e Pedro Sinde

## LEONARDO COIMBRA E O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO NACIONAL



### I.

I. É tempo de uma, mais uma, reforma do sistema educativo português. É ou devia ser tempo de os políticos decisores perceberem o que é ser português e cidadão do mundo. Para tanto só teriam a lucrar se lessem e reflectissem a temática educativa de matriz nacional. Parte dela encontra-se num opúsculo de um intelectual que também foi político activo, e resume a sua tese sobre Educação Nacional apresentada ao Congresso da Esquerda Democrática realizado em 1926. Estamos a falar do grande vulto da intelectualidade portuguesa do séc. XX, Leonardo Coimbra, que nasceu na actual vila da Lixa, perto de Amarante em 30-12-1883, falecendo, vítima de acidente de viação, em 2-1-1936, e apesar do seu desaparecimento prematuro, teve um rico e profícuo magistério pedagógico, tendo exercido influência decisiva nos maiores pensadores especulativos no Portugal do século XX.

Na sua juventude militou em grupos de inspiração anarquista, ajudando a fundar e dirigindo a folha literária *Nova Silva* e mais tarde foi um dos rostos do movimento da *Renascença Portuguesa*, de que foi um dos principais responsáveis e colaboradores do seu órgão oficial, *A Águia*, que apareceu aquando da instauração da República, com forte pendor nacionalista e querendo exercer a influência sócio-pedagógica que se impunha, num país atrasado e passivo, como era o nosso, e que de certa forma, fruto da inércia de muitos e da inveja dos decisores mais influentes, assim continuou até agora.

O seu empenho político levou-o, na nova conjuntura, por duas vezes a desempenhar o cargo de Ministro da Instrução Pública. Primeiro, entre 2-4 e 28-6 de 1919, de cuja acção se destaca a transferência da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para o Porto, na qual viria a desempenhar cargos de direcção e de professor. Apesar da polémica que esta atitude causou, e do curto funcionamento desta escola, viria a formar uma casta de intelectuais excepcionais no panorama intelectual português do último século, tais como: Agostinho da Silva, Álvaro Ribeiro, Sant'anna Dionísio, José Marinho, entre outros, tendo ainda posto em prática uma reforma dos estudos filosóficos nos Liceus e Faculdades de Letras.

Da segunda vez que esteve como Ministro, entre 30-11-1922 a 8-1-1923, envolveu-se em acesa disputa, com a corrente anticlerical republicana, ao defender a liberdade do ensino religioso nas escolas particulares. Proposta mal aceite pelos partidos laicos mais influentes da época, tendo como consequência, em nome da coerência e de um profundo sentido de Estado, o seu pedido de demissão da pasta que ocupava.

Esta tomada de posição nada teve a ver com quaisquer interesses clericais da sua parte, já que, na altura não manifestava qualquer empenho de vi-



vência religiosa explícito, nem era a religião instituída uma das suas preocupações como pensador e homem livre. Se defendeu o seu ensino, é porque porventura via nele características capazes de servir os altos ideais da educação que professava. Sendo tal ensino proibido, impedia-se o bom desenvolvimento dos espíritos livres e criadores, que no topo da sua educação têm por limite a realização da cultura nacional e humana.

No percurso do seu empenho sócio-pedagógico, ajudou ainda a criar as Universidades Populares e nelas leccionou gratuitamente vários cursos.

## 2. Finalidade da Educação

Leonardo apercebe-se que os fins da educação são diversos, dependendo dos pontos de vista de quem os exerça, mas enquadra-os em três núcleos fundamentais, em torno dos quais se deve desenvolver toda a educação dos indivíduos, e que são os "familiares, nacionais e humanos" (Coimbra, 1983: 921).

O indivíduo nasce no seio de uma família. É nela que vai desenvolvendo todas as suas capacidades, solidificando uma hierarquia de valores com os quais vai tendo contacto e que lhe dão de ajudar a fortalecer o carácter e o seu empenho na comunidade. A família compete garantir as qualidades mínimas para que o indivíduo possa crescer de forma harmónica, e para que nela fortaleça a "capacidade de triunfo na luta pela vida" (ib.: 921).

Não é, contudo, fácil às famílias, na sua maioria preocupadas apenas em sobreviver num mundo onde as oportunidades de realização pessoal e profissional são escassas, ter ainda tempo e disponibilidade para acompanhar o crescimento harmónico dos filhos, estando presentes nos momentos de indecisão, garantindo um certo conforto moral à criança que vai crescendo. "Só um pequeno número de famílias educa para fins nacionais e humanos" (ib.: 921), diz-nos o autor, reconhecendo o que é uma evidência. A maioria das famílias educa os seus filhos para o trabalho associado à sobrevivência económica que vá garantindo o indispensável para o seu auto-sustento.

Na época, quer a perspectiva laica e positivista, quer a perspectiva clerical e espiritualista, defendiam que a família era o núcleo da sociedade, precedendo o indivíduo. Contudo, enquanto os positivistas consideravam a família como vector imanente e secular, para a Igreja, a família revestia valor transcendente.

Mediante este quadro surge a liberdade como meio de prosseguir a educação. Leonardo quer uma Nação de homens livres que por si sós sejam capazes de avaliar o progresso de uma Nação e da Humanidade. Quer por isso uma educação que permita a formação desses espíritos livres e justos sem amarras nem preconceitos: "Educar é cultivar as liberdades criadoras da cultura nacional-humana. Cultivar as liberdades e não fazê-las, porque estas são propriedade intrínseca do indivíduo psicossocial que é o homem: liberdades criadoras da cultura, porque esta resulta efectivamente da cooperação de todos os indivíduos psicossociais atrás definidos" (ib.: 923-924). Este culto absoluto da liberdade deve-se também ao anarquismo que se encontra na génese do seu pensa-

mento, e será sempre uma referência ao longo da sua obra. A liberdade é assim condição da educação cívica, da autonomia moral, do domínio técnico e da arte.

O que interessa a Leonardo não é que o indivíduo seja erudito. Que saiba de cor e possa repetir até à exaustão, o conhecimento científico que as escolas vão ministrando. Interessa-lhe apenas despertar os indivíduos para os problemas que a ciência coloca, a que tem de se juntar a pergunta pelo sentido da vida de cada um.

Uma valorização absoluta da existência humana, como aquela que o autor partilha não pode deixar de se preocupar com o Homem Todo. Por isso, a educação não pode submeter-se à mera transmissão dos conteúdos, mais ou menos científicos, mas sim a despertar no indivíduo a sua capacidade crítica, que radique no fortalecimento da vida como um todo, onde se incluem a arte, a ciência, a religião, a filosofia... para que possa avaliar todas essas manifestações, através de um pensamento bem formado, que tem como início e termo o uso absoluto da liberdade. Como já tinha feito lembrar bastantes anos antes: "A educação querendo formar o homem livre, tem de lhe dar a possibilidade de reflexão pessoal. Por isso precisa não o esmagar sob uma erudição sem sentido, nem o perder na luta dos diferentes modos do pensamento humano, apenas incompatibilizados pelo desconhecimento do seu lugar hierárquico na cultura" (L. C., in *A Montanha*, 16/03/1911. Citado em Spinelli, 1981: 92).

As fontes da educação para a liberdade, encontra-as Leonardo em Boutroux, cujos conceitos de liberdade e criacionismo vai desenvolver e também na física atómica e no indeterminismo proposto por Hannequin.

É missão dos espíritos livres, reconhecerem o valor da sua Nação e contribuir para a sua prosperidade. A uma Nação forte corresponde uma cultura sólida, e esta não se deve prender a nenhuma espécie de nacionalismo tacanho e isolacionista, antes deve envergar um pendor universalista: "Só são fortes as nações cultas; e aquelas que tendo atingido a cultura, a desviarem para o exclusivismo, para o encerramento nacionalista, correrão o risco de perderem essa mesma cultura" (Coimbra, 1983: 922). A educação em nome da cultura e da liberdade, deve esquecer as barreiras físicas e geográficas, tendo apenas como limite o Cosmos que tudo abarca. A cultura deve destronar a força bruta, já que "Nada é o atleta estúpido perante o homem inteligente" (ib.: 923). É por isso necessário que o homem erga a sua força social na harmonia e justiça. Que desperte a solidariedade e promova a igualdade. Que se guie pela razão e não pelos instintos.

Para actualizar os valores universais da cultura nas suas diversas manifestações, Leonardo recorre à Nação. Como membros da humanidade deveríamos ser seres errantes, sem lugar determinado, mas como existentes concretos, estamos confinados a um território, a uma pátria, a uma família; "A finalidade meramente humana seria uma abstracção se desprezasse as realidades nacionais, porque os valores da cultura são universais, em sua essência abstracta, mas nacionais em suas formas actuais de existência" (ib.: 923). Resta, en-



tão, que a educação se desenvolva tendo como preocupação última "a cultura nacional-humana" (ib.: 923).

É o homem de amanhã que teremos de preparar a partir do momento presente, promovendo a sua pessoa e toda a humanidade. Que com ela invente e crie a sua Pátria e o seu próprio querer, pois a vida individual tem de ser vivida como "heroísmo, luta, esforço ascensional e meritório" (ib.: 924).

Cabe ao Estado garantir a todos a liberdade criadora, pois o indivíduo não é número nem estatística, nem tão pouco um simples momento na evolução do Estado. O homem, à medida que vai vivendo em contacto com a sua cultura e o seu povo, vai assimilando os costumes, as crenças e as tradições, no sentido de se apropriar, renovar e fortalecer a cultura nacional-humana (cf. ib.: 925).

### 3. Os direitos e deveres do Estado

Cabe ao Estado educar para a cultura. Como aglutinador de vontades múltiplas e dispersas, deve promover a união dos seus cidadãos, já que os traços comuns de uma sociedade/cultura são os elementos agregadores dos seus membros, então "O Estado terá de ser um órgão de cultura" (ib.: 925).

Nenhum governo poderá desempenhar de forma cabal as suas tarefas se desconhecer ou desconsiderar a moral social instituída. São os indivíduos que marcam o ritmo do Estado, e não este que se impõe, dogmaticamente ou pelo uso da força, aos interesses de uma comunidade ou de um povo. Por isso, Leonardo incide mais a sua preocupação pedagógica na formação do espírito do que na informação do corpo. O rigor científico garante o rigor conceptual, bem como o desenvolvimento das capacidades profissionais. Contudo, estas têm de ter um papel secundário. Primeiro que tudo há que promover espíritos críticos, inconformados e preparados para penetrar os mistérios da vida com alegria e prazer redobrados pelo sentimento de um desejo agregador das suas múltiplas vontades: "A característica da linha cultural moderna não é a ciência, mas sim o espírito [...] se nos fosse possível demonstrar que o desenvolvimento desse espírito é o próprio Democratismo, teríamos achado ao mesmo tempo a Razão do poder de educar, que pertence ao Estado e as normas e limites desse mesmo poder" (ib.: 927). As liberdades individuais pertencem por essência ao Homem. Ao Estado compete promovê-las, não atribuí-las, garantido o exercício pleno dessa liberdade originária: "O Estado deve a todo o homem, a cultura da sua liberdade criadora da cultura nacional humana. O Estado não poderá proibir os núcleos de educação que se coloquem dentro deste critério de entendimento no respeito ao espírito dessa cultura" (ib.: 939).

O Estado deve regular, sem ter o exclusivo da transmissão da cultura. Garantir a igualdade de acesso e as condições de ensino e partilhar a tarefa educativa com outras associações particulares e cooperativas que tenham os mesmos propósitos. Cabe-lhe, ainda, garantir a livre adesão dos seus cidadãos a qualquer religião instituída, sem beneficiar uma ou outra, e evitar que influenciem pelos seus dogmas ou crenças, os princípios universais e igualitários

em que se deve fundar o ensino: "Ensino particular livre, ensino oficial igual para todos dentro do mínimo de educação que a todos for imprescindível para serem liberdades coparticipantes na obra da cultura que a elas mesmo penetra e que aceitam" (ib.: 939). Leonardo defende a liberdade de associação religiosa, bem como o direito ao ensino da religião para todos os que livremente optarem por esse ensino.

O mundo da cultura onde o indivíduo deve afirmar a sua existência pelo respeito absoluto do Outro, é um mundo de objectos e de factos. Um mundo bruto ao qual é preciso dar configurações. A ser assim, Leonardo lembra-nos que "a moral [...] depende da ciência: para conhecer o meu dever preciso de conhecer a realidade, sobretudo a realidade social" (ib.: 935). Propõe, então, uma ciência humanizada. Ela cria teorias novas que se podem aplicar ao fabrico de instrumentos vários que hão-de melhorar a condição da vida humana, libertando o homem das tarefas mesquinhas e rotineiras dando-lhe o tempo necessário para a meditação e o culto do espírito. Não se pode, contudo, que em nome da melhor vida de uns, outros sofram as graves consequências do progresso inconsciente: "É mesmo pela técnica que a ciência penetra e domina o espírito das multidões [...] A independência da técnica é impossível, e por isso, o operário que queira procurar a justiça, que efectivamente lhe assiste terá de ver a técnica como termo móvel do dinamismo" (ib.: 936). Ciência e técnica motores do progresso e ao serviço do Homem. Aqui está enunciado, premonitivamente, um dos problemas contemporâneos com que a humanidade se tem debatido, que é o de estabelecer os limites ao progresso que a ciência e a técnica vêm garantindo, sem beliscar a dignidade da existência humana. Questionar a ciência e a técnica, é assim, levá-las ao tribunal da moral e da ética em prol de uma humanidade mais fraterna e justa.

Leonardo nunca esquece que a dimensão jurídica e moral da pessoa enquanto ente de direitos e deveres, é o ponto de agregação das liberdades criadoras e executoras de um futuro que se deseja e se quer melhor: "Há liberdade numa sociedade quando esta possui, tem e cria uma base de acordo do tipo cultural definido e que se chama justiça" (ib.: 937).

O homem é por natureza um ser social. Precisa do outro para garantir a sua própria existência como espécie, para se conhecer como pessoa e poder tomar as suas decisões. O Estado tem por isso de garantir a igualdade de todos perante a lei.

## II

### 1. O Quadro da Educação nacional

Leonardo tinha uma visão democrática da educação. Mas como pedagogo e filósofo, reconhece que nem todos têm a capacidade de alcançar nos níveis máximos. Isto porque acredita no trabalho e mérito dos alunos, bem como na capacidade intelectual que naturalmente não é comum a todos. Por isso defende que "A educação oficial será, pois, dada no seu mínimo a todos e

aberta no seu máximo aos mais capazes: venham de onde vierem” (ib.: 941). Não é de uma educação elitista que o autor fala. A educação básica deve ser dada a todos. A partir daí, só os que verdadeiramente queiram prosseguir estudos, e tenham revelado capacidades intelectuais para o efeito o devem fazer. Se um indivíduo for o mais capaz, mas não puder estudar por falta de recursos económicos, caberá ao Estado resolver a situação pela garantia das condições materiais que permitam ao indivíduo realizar as suas aprendizagens para desenvolver todo o seu potencial intelectual. São estas as responsabilidades de um Estado verdadeiramente democrático.

A educação implica, ainda, descentralização e cooperação: “O ministério do trabalho tomando para si a higiene pública, deverá cuidar da eugénica, pela assistência económica e médica, pela divulgação por órgãos apropriados que poderiam ser os médicos municipais e das escolas, das bases fundamentais da higiene geral, higiene do casamento, sexual, da mulher, gravidez e da criança” (ib.: 941). Ao Ministério da Justiça competiria fiscalizar a “liberdade de imprensa e propaganda no livro, no jornal, no teatro e na conferência; correspondesse uma real e efectiva responsabilidade” (ib.: 942). A polícia competiria dar “ao meio um aspecto exterior de limpeza moral, que permita o passeio de uma criança pelas ruas, sem a influência má e feia dos palavrões, das grosserias e mi criação” (ib.: 942).

O nosso autor desejava que a sociedade vivesse em cooperação harmoniosa e fraterna. Educar não é somente potenciar as actividades intelectuais. Educar é actuar no meio efectivo onde as pessoas vivem e torná-lo mais humano. Educar é também fazer com que os indivíduos aprendam a tomar conta de si, fornecendo-lhes os conhecimentos fundamentais para que o quotidiano não os surpreenda.

Para coordenar o esforço educativo, Leonardo propõe um Instituto Superior da Educação Nacional, que entre outras coisas publique no seu boletim “documentos e elucidações necessárias, a par dos conselhos e direcções para médicos escolares e municipais” (ib.: 941-942).

Esta proposta de educação global tem por base uma ideia de homem amadurecida no lusitanismo. Os grandes homens devem também ser portadores de uma ampla cultura. Colonizar territórios intensos e não ser capaz de neles fazer reviver a identidade de um povo universalista, é defraudar a própria ideia de humanidade que nos vai formando. “criação e expansão de um lusitanismo, que seja a travessia do espírito cultural em almas portuguesas. Pais duma larga expansão colonial e duma larga difusão linguística: as colónias e o Brasil são o terreno onde devemos querer espalhar principalmente o nosso lusitanismo” (ib.: 942).

A amizade com Tetyra de Passos, o poeta da Saudade e um teórico da Alma Portuguesa, bem como as relações que mantinha com Miguel de Unamuno, poeta e filósofo espanhol e o pedagogo catalão Francisco Ferrer são determinantes para compreender o lusitanismo de que fala Leonardo.

Estava na hora, para o nosso autor, de o Império colonial português sobrepor a educação ao projecto económico. De nada serve passar a vida a enriquecer materialmente, se no seu termo o indivíduo acabar por não aprofundar a sua realização espiritual que é afinal a essência de ser pessoa: “largueza de expansão, que só pode resultar de uma profundidade de interiorização. É o que temos a fazer cá dentro, acordando almas, formando liberdades por uma educação, que se não destina a animais de carga, mas a consciências ávidas, fortes, olhando a vida como a novidade duma alma, fremente de saber e de emoção, que é, já, de pré-formada acção” (ib.: 943).

Mediante a ideia de homem, material e espiritualmente formado, Leonardo não poderá aceitar em nome da eficácia ou do cientismo uma pedagogia diferenciada, que vise por um lado, formar as capacidades técnicas, e por outro, fortalecer as capacidades intelectuais: “Os teóricos costumam dividir a pedagogia em formal e material, a que atende à actividade e a que atende à matéria que essa actividade terá de assimilar... uma desenvolveria o espírito do aluno, a outra faria o aluno um homem culto. Erro: nem é possível desenvolver a actividade cultural sem que o espírito faça cultura, nem pode este possuir cultura sem a fazer” (ib.: 943). O homem enquanto existente concreto tem de ser capaz de pensar o mundo e o seu lugar nele como totalidade: “Estes dois polos são apenas dois limites e duas tendências, que de resto se implicam uma à outra [...] Deve predominar o interesse de desenvolver a actividade cultural e portanto não fazer nunca da aquisição de conhecimentos um fim em si, completo e fechado” (ib.: 943).

Continua a falar-se de qualidade de vida, em criar espíritos livres e criativos, mas em nome da ciência e outros saberes parciais, mandam-se os jovens para a escola, distribui-se-lhes um currículo determinado que ocupa sete ou oito horas do dia com tarefas inúteis e obrigatórias, fazendo da escola um armazém de espíritos submissos ao toque repetitivo da campanha. Daí que já na época alertava Leonardo: “os estudantes saem hoje, em regra, tristes, fatigados, sem a alegria de viver que é, no homem, a alegria de compreender, incapazes de reacções vitais, criadoras e entusiastas. Porquê? Porque se está praticando uma verdadeira violência moral com essas vítimas, a flor, o escol dum povo, e que amanhã deveriam ter as responsabilidades da vida social. Se um aluno entra na escola pelas nove da manhã e sai depois das cinco, é lícito perguntar-se pelo horário de trabalho, que ao operário manual não consente semelhantes atletismos” (ib.: 944).

A alegria da infância, o prazer das brincadeiras, alguns excessos edificantes pela sua irreverência construtiva, vão-se atenuando. A escola tem mais uma finalidade normativa dos espíritos do que formativa. A alunos desinteressados e fatigados pelas tarefas inúteis, segue-se o escol de professores com suas rotinas mecanizadas, e a obrigação de cumprirem programas que sabem ser desadequados mas que não podem modificar. Assim sendo, uns e outros, passam na vida, mas esquecem-se de viver: “Onde fica a saúde, a graça, a alegria, uma hora para a meditação, para a vida interior da imaginação, que é a



base da invenção, ou da inteligência, clarificando e ordenando? É na Patagônia? Não; é em Portugal, e, mesmo assim não há materialmente tempo para dar os programas em toda a sua extensão!!!” (ib.: 944).

Aparece assim o culto da submissão em detrimento da liberdade criativa. A opinião de poucos que condiciona a vida de muitos. É tanto mais complexo se toma o sistema educativo quanto “Na escola primária acontece o mesmo e é de ver os bons pedagogos nacionais exigindo de novo provas, exames, doutoramentos primários às crianças, porque só assim os professores mostram o seu trabalho. Trabalho???” (ib.: 944). Trabalho pelo menos de limitarem a liberdade criativa dos indivíduos, o culto pelo gosto de viver com alegria aceitando a vida como dádiva extraordinária, cabendo a cada um contribuir para o crescimento da sua beleza e do seu encanto.

Para Leonardo, viver a vida intensamente, é condição suficiente para que o indivíduo fixe os conhecimentos necessários à sua valorização pessoal e social: “Os (conhecimentos) indispensáveis se fixarão no exercício da acção de conhecer sem necessidade de tal obrigação” (ib.: 945). Afinal, foi o ócio que inquietou o homem para o mistério e o desconhecido. A necessidade de um currículo oficial é uma criação humana com propósitos de socialização dos indivíduos, não radicando, por isso, na verdadeira essência do saber humano.

## 2. A Orgânica da Educação

Eis então o quadrimónio de Roberly que Leonardo utiliza para reorganizar o ensino em Portugal: “ciência; filosofia; arte; técnica” (ib.: 945). Admite a divisão clássica das ciências nos dois grupos tradicionais: as ciências da natureza, que têm por função encontrar as leis que regulam os fenómenos físicos, garantindo a objectividade e universalidade dos resultados que apresentam, e as ciências do espírito que são ciências da reflexão e interpretação, tendo por objectivo problematizar os resultados das primeiras, com a finalidade de as ajudar a aperfeiçoar, reconhecendo-lhes também um papel “menor” na organização do saber (cf. Ib.: 945).

Considerava que a filosofia tinha estado demasiado tempo com o estatuto de ciência erudita, ligada às ciências da interpretação, e achava que doravante, o par ciência-filosofia, deveria coordenar a organização de todo o ensino: “Teríamos então o binómio ciência-filosofia, distribuído hoje nas universidades em ciências da natureza e ciências do espírito e a filosofia, com os nomes de faculdades de ciências, contendo as primeiras e faculdades de letras, contendo as duas últimas” (ib.: 945-946).

### 2.1 As Universidades

A universidade apresenta-a como o campo do saber teórico: “uma universidade é antes de mais nada, o saber teórico, seja: faculdade de ciências da natureza, faculdade de ciências do espírito e faculdade de filosofia” (ib.: 946). Saber crítico e fundante que garantirá a validade da aplicação técnica do mesmo ao nível prático da acção humana: “O resto são a faculdade de belas-artes e

as faculdades técnicas, variáveis segundo as necessidades e o condicionamento de cada região” (ib.: 946). Às primeiras, competia criar o saber, enquanto às segundas estava reservado o papel de aplicarem os conhecimentos às situações concretas do dia a dia e deveriam ainda comportar medicina, direito, agronomia, engenharia, formação de professores...

Considera o nosso autor que é no ensino superior que se deve fundar o projecto educativo de um povo: “O destino superior das ciências teóricas é o desenvolvimento da cultura e a sua utilidade não deve medir-se pelo seu rendimento imediato, mas pela sua produção científica, de professores e alunos, e pela sua acção social de dignificação intelectual do meio” (ib.: 947). O ensino superior teoriza, cria, desenvolve, critica, aperfeiçoa, mas não tem por missão aplicar esses conhecimentos. É o garante de todo o saber: “é a alma da educação nacional, ele, o criador de valores, ele, o formador de profissionais, factores vivos de todo o outro ensino. A Nação deve amá-lo, ele deve dar à Nação a confiança crescente dos seus destinos, marcando-lhos pelo saber, fazendo-lhos sentir pela arte, dando-lhos pelas técnicas que os realizam e conquistam” (ib.: 948).

O topo da hierarquia dos saberes cabe ao conhecimento por excelência, que é a Filosofia.

Consciente da importância do ensino superior para a elevação cultural de um povo, mas também sabedor que nem todos são dotados de inteligência superior, propõe que o Estado mantenha a possibilidade de frequência deste ensino, tornando-o totalmente gratuito, a todos os que revelarem aptidões para tal, venham de onde virem e possuam os estudos que possuírem.

Contudo, Leonardo sabe que não há sistemas perfeitos. Para todos os que se encontram afastados do ensino superior, por terem um lugar no sistema produtivo, juntar-se-á a outros, de que se destaca Jaime Cortesão, para criarem e aí leccionarem gratuitamente, as Universidades Populares. Pensava ele, que desta forma se atenuariam as falhas da Universidade oficial. Às universidades populares não competia fornecer grandes conhecimentos científicos, mas sim “tomar o homem livre” (ib.: 948), pela posse de um saber mais fundamentado. Em todos os casos, o saber contribuirá para a emancipação do homem através de um melhor entendimento dos fenómenos vários que preenchem a sua existência. As universidades populares não se preocupavam com qualquer espécie de saber técnico-prático, mas sim com o difusão cultural de um sólido conhecimento teórico que fortalecesse o intelecto de cada um. Isto mesmo se pode aquilatar após a consulta dos planos das lições aí proferidas por Leonardo, de História da Filosofia e Filosofia, ao constatar a enorme quantidade de informação que foi seleccionada e divulgada, e como tal, não poderia haver grande demora no aprofundamento dos diversos temas e problemas que sucessivamente se iam formulando (cf. Spinelli, 1981: 92-96). Obviamente que continuava a defender que o Estado garantisse a universalidade do ensino superior tal como defendia para o ensino básico.



## 2.2 O Ensino Fundamental

Não quer Leonardo que se formem homens da técnica ou da ciência, meros braços mecânicos da indústria e do progresso. O homem é um ser livre, e o quadrinómio que defende para a educação é no sentido de proporcionar a cada um a realização plena dessa liberdade originária. Jamais poderia compreender que o homem se tornasse submisso ao produto das suas criações: “O homem antes de ser um especialista, é um homem, e só será um homem completo com as capacidades científicas, filosóficas e estéticas e técnicas” (Coimbra, 1983: 950).

Como o acto de criação artística é iminente libertário, a arte deve privilegiar a poesia popular, o naturalismo e a empatia social, tais como as romarias. Na linha de Tolstói, Guyau e Fouillée, vê na arte a fonte da Beleza e do Bem, devendo por isso, estar presente de forma valorativa no processo educativo.

O ensino fundamental incluiria as escolas primárias e primárias superiores, bem como o primeiro ciclo dos liceus e os cursos técnicos. Os destinatários do ensino superior seriam os que se revelassem melhores enquanto da frequência dos liceus, pois era nestas escolas que a componente teórica do ensino era mais apurada e por isso propedêutica para o ensino seguinte.

O ensino pré-primário não se constituía como problema para Leonardo, embora já o incluía no seu esquema. Na época ainda o núcleo familiar tradicional dispunha da mulher a tempo inteiro, os avós por perto e mesmo alguns tios, o que permitia várias opções de segurança e também de alguma aprendizagem junto da família alargada.

O essencial do seu sistema educativo, deve ser transmitido pelas escolas fundamentais, que para tanto têm de estar espalhadas por todo o país: “Uma escola destas em cada concelho com três, quatro, seis professores conforme a frequência e as possibilidades, mas não esqueçam que Portugal viverá em cada terra, onde palpita um coração lusitano” (ib.: 950). Esta proposta de escola e de ensino tem por finalidade agregar à sua volta tudo o que se relacione com a cultura da Nação, incluindo as manifestações populares, como as festas e romarias. Por isso nos lembra: “Não queiram que as cidades esgotem a raça e a nação desprezando a vida nacional das aldeias, vilas e dos campos. A escola do ensino fundamental erguendo a vontade cultural por todo o país, batendo no coração longínquo dum povoado a alta voz do amor patriótico, a hora alta de cultura humana” (ib.: 950).

Não será defensor das ciências da educação autónomas, já que considera que elas devem ser as várias ciências já existentes enquanto cooperam entre si e respondem às múltiplas solicitações que o homem todo lhes vai formulando.

A fechar a hierarquia do ensino, prevê Leonardo a criação de um Instituto ao qual competirá zelar pelo bom funcionamento e relacionamento, de todas as parcelas que contribuem para a orgânica total da educação nacional: “tudo fechado no abraço do Instituto Superior de Educação Nacional, formado pelos nomes mais prestigiosos dos professores de todos os graus, reitores e homens

de ciências e letras de autêntico valor cultural” (ib.: 951). De recordar que os melhores e mais capazes não têm necessariamente de ter saído das universidades, pois Leonardo já tinha dado o exemplo ao contratar professores autodidactas, como Teixeira Rego, para a Faculdade de Letras a que presidiu.

Indignava-o também, por ir contra o seu conceito de liberdade, o critério policial do inspector, por considerar que perante o saber devemos ter uma atitude de humildade. Inspeccionar jamais poderia ser sinónimo de derrotar, de criticar negativamente, mas sim de partilhar com quem ainda não sabe, outras experiências e outros saberes: “Só admito o colega mais respeitável pelo seu saber e dedicação, pondo em acção sugestionadora a grandeza do seu entusiasmo e o valor do seu ensinamento” (ib.: 951-952).

Já considerava fundamental o papel do professor e preconizava a criação de escolas especiais para a sua formação: “A preparação dos professores das escolas profissionais, técnicas e especiais, seria feita, depois da respectiva cultura teórica e artística numa escola especial, à qual seria anexo o Instituto de orientação profissional” (ib.: 952).

A exigência de um tal sistema educativo, levava a pensar que as escolas teriam de fechar, antes de se formarem adequadamente os professores. Leonardo nunca tal quis. Pensava ser mais útil haver um ensino que no início, por falta de pessoal devidamente formado, teria uma qualidade mais fraca, a não haver qualquer tipo de ensino. Posição esta diferente da de António Sérgio, que em 1924, no desempenho do cargo ministerial, tinha mandado encerrar as escolas primárias superiores, no intuito de recrutar docentes capazes e em número suficiente, antes de as pôr em funcionamento. O resultado foi nunca mais reabrirem tal como estava previsto, acabando por se extinguirem.

Enquadrado no seu tempo, e um pouco ao arrepio das evidências, não reconhecera ainda à mulher um papel interventor em pé de igualdade com os homens. Mas pelo menos, deixa a possibilidade de as mulheres mostrarem o que valem, enquanto futuros profissionais para depois ver se podem adequar-se ao trabalho social: “A democracia vai-lhes dando (às mulheres) os meios de conquistarem situações sociais e políticas – que as conquistem pelo mérito, então, e só então, poderemos confiar na sua capacidade social de educadores” (ib.: 953). Não nos parece que Leonardo ache as mulheres inadequadas para a prática pedagógica. Apenas constata que a sociedade nunca as preparou para tal actividade, e que elas cada vez tentam mais, nos diversos domínios caminhar para um plano social igual ao do homem. No entanto, não devem aceder aos lugares por ser moda, ou porque seja política de um governo democrático, promover a igualdade de direitos entre todos os cidadãos. Quando desenvolverem as aptidões adequadas para os lugares pretendidos e mostrem estar devidamente preparadas, que o Estado não as discrimine: “Por enquanto são meras aptidões técnicas que irão trabalhando ao lado do homem e ao mesmo tempo fazendo a sua aprendizagem social. Assim, a entrada da mulher no professorado deverá ser gradualmente aumentada à medida que for realizando a sua capacidade social: por agora, nem o ensino fundamental, nem liceal, especial,



universitário, etc, as pode receber mais que numa restrita quantidade em relação ao número de homens” (ib.: 953).

### III

Fica assim exposto o essencial da tese educativa de Leonardo. A sua personalidade singular leva-o a propor um sistema assente na liberdade. Com certeza possuidor de algumas lacunas, mas qual é o sistema que as não tem? Talvez por (de)formação profissional e pelo clima da época, aqui e ali concede a primazia às ciências exactas reservando-lhes um papel primordial em relação às ciências humanas. Mas também é certo que o seu sistema é encimado pela Filosofia, que apesar de todos os logicismos e disputas de todos os tempos, não é nem nunca foi um saber predominantemente científico, mas sim especulativo. Embora também seja compreensível a sua posição face ao poder social que as mulheres começavam finalmente a adquirir, pode este ser apontado como um ponto fraco do seu sistema.

Parece-nos contudo essencial lembrar estes textos datados no tempo, mas que se vão revelando intemporais, mediante os equívocos do desolador espectro educativo actual.

A nível do ensino básico e secundário, continuamos com currículos cada vez mais extensos, não deixando espaço aos nossos jovens para se empenharem em outras actividades que fortaleceriam o seu carácter e contribuiriam para a sua promoção social. Por outro lado, as crianças cada vez conhecem apenas as escolas, a maioria vai para lá com poucos meses de idade e deixa-as já muito entrado na idade adulta. Como complemento à escola, o que surge na sociedade são os ATLS com a finalidade de promoverem a liberdade e criatividade individual, mas como bem mostra Carlos Aurélio, em artigo publicado no n.º 3 dos *Teoremas de Filosofia* nada mais são do que “a proibição de brincar [...] a decapitação da criatividade infantil, a mentira escrita com a palavra liberdade” (Aurélio, 2001: 64). A componente estética da educação, nem como Leonardo a propõe, nem de qualquer outra forma, algum dia foi considerada. Confunde-se educação estética com finalidade artística da educação, e resolve-se um problema comum a todos os existentes, com o funcionamento das escolas artísticas que, como é óbvio, estão vocacionadas para o ensino concreto de uma manifestação estética, quer seja o teatro, cinema, pintura... Mas a educação estética de que se fala aqui é a educação da sensibilidade, e esta como sabemos é prioritária no desenvolvimento de todas as capacidades do ser humano.

Já bastaria que a escolaridade fosse obrigatória. Como entender que o tempo livre tenda também a adquirir um certo estatuto de obrigatoriedade? Por outro lado, as escolas mais parecem armazéns de crianças e jovens, do que centros de promoção do bem estar e da alegria individual. A tudo isto temos de juntar o pouco apreço social ante as mesmas, as fracas condições materiais, o escol de professores que rendidos à inércia e apatia que um sistema tão mal

gerido vai fomentado, se preocupa apenas com reivindicações de teor salarial e o saber meramente enciclopedista que vão (ad)ministrando quase sempre afastado da realidade circundante e das preocupações dos alunos. A finalidade última que a escola tem de preparar os indivíduos para o ingresso no ensino superior, contraria os princípios fundamentais das Bases do Sistema Educativo, e por isso resta que a apatia e o desinteresse, associados ao facilitarismo que se tornou em instituição a preservar, espelhem o dia a dia dos nossos estabelecimentos de ensino.

Não se promovem os melhores como queria Leonardo. Promovem-se os que mais decoram e melhores resultados quantitativos vão alcançando. A avaliação das aprendizagens é exclusivamente quantitativa. A escola actual fomenta a desigualdade ao não garantir condições razoáveis de realização das aprendizagens, pois tal deficiência pode ser colmatada com o acesso à explicação particular, o que só vem a beneficiar os alunos que tiverem condições económicas para a elas terem acesso.

A entrada no ensino superior é apenas condicionada pelo resultado quantitativo que os alunos vão alcançando, e não, como seria de esperar, pela escolha dos melhores e mais bem preparados para nele ingressarem. Por outro lado, como o Estado não tem um bom mecanismo de acção social no ensino superior, ainda continua a haver bons alunos que por não terem condições económicas suficientes, não o frequentam, embora as leis da nossa democracia, legalmente lhe concedam tal direito.

Também os currículos oficiais se prolongam cada vez até mais tarde. São nove anos de escolaridade obrigatória, mais três anos de ensino secundário e finalmente cursos politécnicos e licenciaturas de quatro a seis anos. Se a tudo isto somarmos mais dois ou três anos de especialização e estágios... só muito perto, ou para lá, dos trinta anos um indivíduo poderá começar a distanciar-se dos livros “oficiais” da sua especialidade.

Para lá dos trinta anos, isso mesmo! A parte mais importante da vida de cada um gasta em benefício de uma ordem social garantida com o sacrifício da liberdade individual e criadora. Restará, finalmente pagar a nossa dívida à sociedade, contribuindo para o seu progresso na medida do que nos foi oferecido.

É de facto propositada esta visão pessimista, mas real, com que terminamos. Não seria lícito depois de apresentar as preocupações, e o optimismo, de Leonardo quanto à necessidade de reformular o sistema educativo da época, tendo em vista a adequação da teoria à realidade prática de então por um lado, e por outro, vinculá-lo ao fim último do desenvolvimento da cultura nacional-humana, esquecer os tempos actuais ignorando as dificuldades que a escola atravessa, que rendida aos critérios da eficácia e do cientismo, parece esquecer os valores culturais do seu povo e as raízes em que se fundamentam.

Num tempo em que o sentimento pátrio se tem vindo a adaptar às novas realidades, Leonardo já tinha reclamado, na senda do pensamento humanista e sem esquecer a essência de ser português, que não é só a educação de um qual-



quer cidadão europeu que nos deve preocupar, mas sobretudo, a formação de cidadãos do mundo todo. É este sentimento universalista de que o espírito aventureiro português encarnado nas comunidades de emigrantes, e nos símbolos do Portugal imperial que ficaram espalhados um pouco por toda a parte e em diversas culturas, que deve fazer reviver o valor e a cultura de um povo, tornando-o presente e vivo através da educação de hoje, de amanhã e de sempre.

Artur Manso

#### *Referências bibliográficas*

- Coimbra, Leonardo (1983). "Problema da educação nacional", in *Obras de Leonardo Coimbra*, vol. 2. Porto, Lello & Irmão, pp. 921-953.
- Aurêlio, Carlos (2001). "Quantidades & exteriores: o ódio à liberdade", in *Teoremas de Filosofia*, nº 3. Porto, pp. 61-66.
- Marinho, José (1976). *Verdade, condição e destino no pensamento português contemporâneo*. Porto, Lello & Irmão.
- Patrício, Manuel Ferreira (1992). *A pedagogia de Leonardo Coimbra*. Porto, Porto Editora.
- Quadros, António (1988). "Leonardo Coimbra e os seus discípulos", in *Nova Renascença*, vol. 8, nº 29. Porto, pp. 14-30.
- Sant'anna, Dioniso (1985). *Leonardo Coimbra, o filósofo e o tribuno*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Santos, Delfim (1982). *Obras completas*, vol. II. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 145-148; 225-238; 263-266; 281-294.
- Spinelli, M. (1981). *A filosofia de Leonardo Coimbra*. Braga, Faculdade de Filosofia da Universidade Católica.